

SEMÂNTICA DOS NOMES PRÓPRIOS – PARTE 2

Perder nuestro nombre es como perder nuestra sombra; ser sólo nuestro nombre es reducirnos a ser sombra. La ausencia de relación entre las cosas y sus nombres es doblemente insoportable: o el sentido se evapora o las cosas se desvanecen.

Octavio Paz

No capítulo anterior, foram apresentadas importantes correntes de estudos sobre os nomes próprios, decorrentes dos estudos lógicos e filosóficos. De um lado, há pesquisas linguísticas baseadas nessas correntes, porém, de outro lado, há outras que as extrapolam, se opõem a elas ou são independentes. O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama dessas últimas, ou seja, mostrar a diversidade de pontos de vista adotados nos estudos linguísticos sobre a definição e a conceituação dos nomes próprios, de modo que o leitor possa ter uma visão global do assunto.

Ao longo deste capítulo, retomamos importantes questões teóricas sobre a definição dos nomes próprios com base em Bréal e Saussure. Também são discutidos estudos linguísticos recentes que incorporam e transcendem o estudo do significado descritivo dos antropônimos, entre os quais se destacam os trabalhos de Marie Noëlle Gary-Prieur. Uma ponte entre aspectos linguísticos e sociais dos nomes próprios é apresentada a partir de Lyons e Ullmann.

6.1 O NOME PRÓPRIO DE PESSOA SEGUNDO BRÉAL

Michel Bréal (1832-1915) propõe que o desajuste entre *nome* e *coisa*, gerador de mudanças semânticas, tem, por origem, as “representações mentais individuais”

as quais, segundo Frege, não seriam objeto de estudo da Semântica, mas sim da Psicologia (SEIDE, 2006, p. 59). Ainda que, neste ponto, Bréal e Frege sejam incompatíveis, ambos compartilham a concepção referencialista da linguagem, pois o semanticista francês “parte do princípio de que, em sua origem, o nome carrega apenas uma das noções associada ao referente. Se, para o autor do ensaio, o referente é uma grandeza complexa que a linguagem não consegue abarcar, a referência é externa à linguagem” (SEIDE, 2006, p. 59). De fato, ao final da segunda parte de seu ensaio, se lê:

[...] não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso ou quando está ferido ou morto (BRÉAL, 1992 [1904], p. 123).

De acordo com o semanticista francês, no exato momento em que um nome é criado, existe uma correspondência entre o que se pensou sobre o objeto designado e aquilo que o nome expressa, mas logo após este ato de criação, a cada uso linguístico, o nome passa a representar o que o usuário do idioma representou naquela instância, o que gera o desajuste entre nome e coisa, distanciamento que faz com que a palavra criada se torne, verdadeiramente, um signo:

Quando tomo as duas palavras, *compressibilité*, *immortalité*, tudo o que se acha na idéia, se acha na palavra. Mas se tomo um ser real, um objeto existente na natureza, será impossível a linguagem fazer entrar na palavra todas as noções que esse ser ou esse objeto desperta no espírito. A linguagem é obrigada a escolher. Entre todas as noções, a linguagem escolhe apenas uma: cria assim um nome que não tarda a se tornar um signo (BRÉAL, 1992 [1904], p. 123).

Bréal defende que, à diferença dos nomes comuns, nos nomes próprios, há uma relação unívoca entre nome e coisa e uma designação específica a seres individuais. Em virtude destas características, os nomes próprios seriam, para o autor, os mais significativos de todos, peculiaridade evidenciada pelas transformações semânticas decorrentes da transformação de nome próprio em nome comum e de nome comum em nome próprio:

Um adjetivo como *augustus*, tornando-se o nome de Otávio, sobrecarregou-se de uma quantidade de ideias que lhe eram primeiramente estranhas. Além disso, basta aproximar a palavra *César*, ouvida do adversário de Pompeu, e a palavra alemã *Kaiser*, que significa *imperador*, para ver o que um nome próprio perde em compreensão para se tornar um nome comum (BRÉAL, 1992 [1904], p. 126).

Por causa desta maior compreensão, os nomes próprios são, para Bréal, um signo de segunda potência:

[...] pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. Eles são, por assim dizer, signos de segunda potência [...]. Se se classificam os nomes segundo a quantidade de idéias que despertam, os nomes próprios deveriam estar na frente, pois são os mais significativos de todos, sendo os mais individuais [...] pode-se concluir que, do ponto de vista semântico, os nomes próprios são os substantivos por excelência (BRÉAL, 1992 [1904], p. 125-126).

Apesar de não esclarecer o que entende pelo termo *segunda potência*, considerando que o nome comum teria potência 1 e o nome próprio, potência 2, podemos inferir que o nome próprio é um nome de um nome. Além das características de um nome comum (é nome de uma coisa), ele apresenta características próprias (designa um ser individualizado) (SEIDE, 2006, p. 55).

Tendo em vista a proposta de Bréal segundo a qual são os nomes próprios mais significativos que os nomes comuns, chega-se à conclusão oposta a que chegaram os defensores da teoria causal dos nomes próprios. Contudo, considerando que a carga semântica destes nomes se relaciona às conotações que podem ser associadas ao portador do nome, seu estudo é valioso para a investigação das funções literárias dos nomes próprios ficcionais, como se verá mais adiante no capítulo 8 deste livro. Outra visão diferente da tradição filosófica é a proposta saussuriana sobre a qual trataremos na próxima seção.

6.2 O SIGNO ANTRPONÍMICO PARA SAUSSURE E SUA RELAÇÃO COM OS NOMES PRÓPRIOS

Ao longo da obra editada por seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, os quais se basearam em apontamentos tomados ao longo das aulas do autor genebrino Ferdinand de Saussure (1857-1913), há apenas uma menção aos nomes próprios, no capítulo relativo à analogia, estudada a partir da Linguística diacrônica. Considerando que a analogia supõe um modelo de imitação regular, Saussure teria concluído que:

[...] as únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. *Paris, Genève, Agen* etc.), que não permitem nenhuma análise e por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a partir deles (SAUSSURE, 1973 [1916], p. 201).

Desse ponto de vista, os nomes de lugares são palavras isoladas que não sofrem a ação da analogia por não formarem, com outras palavras do mesmo tipo, um modelo de imitação. Estudiosos dos manuscritos saussurianos, contudo, descobriram textos nos quais há outras menções aos nomes próprios, o que

sugere que os nomes próprios já faziam parte de seu objeto de estudo desde a época em que Saussure se dedicava às lendas germânicas.

Stefania Montes Henriques, especialista em Ferdinand de Saussure, teve acesso aos manuscritos originais. A leitura e análise dos trechos nos quais há menção aos nomes próprios levaram-na às seguintes conclusões:

[...] no manuscrito saussuriano “Notes Item”, podemos concluir que, em primeiro lugar, o nome próprio não foi excluído da teorização saussuriana, pelo contrário, há considerações importantes de Saussure nos manuscritos que elucidam a questão da relação entre os nomes e os objetos do mundo. Em segundo lugar, concluímos que criticar a concepção de língua enquanto nomenclatura não implica em negar que algumas categorias linguísticas exerçam a função de nomear objetos determinados no mundo. Isso é corroborado pelas considerações saussurianas a respeito do fenômeno da onímica¹ e dos nomes próprios (HENRIQUES, 2011, p. 9).

Sabe-se que, no *Curso de Linguística Geral* (CLG), Saussure criticara a teoria referencialista do significado, segundo a qual uma palavra remeteria àquilo que ela designa de modo direto, como se houvesse uma ligação direta entre as palavras e as coisas (cf. capítulo anterior). Defensor de um ponto de vista não referencialista, o linguista defendia, então, que a língua não é uma nomenclatura, mas sim um sistema de signos cujo significado surge internamente, de um lado, e psicologicamente, de outro. Assim, um signo une uma imagem acústica – resultante da interpretação dos sons da língua como fonemas – e uma representação conceitual – que é mental, psicológica, – cuja conceptualização se torna precisa pelo valor do signo em contraste com os outros e não entre uma palavra e a coisa por ela designada (SAUSSURE, 1973 [1916]).

As noções ora descritas poderiam fazer crer que o referente fica, *a priori*, excluído da teoria linguística postulada por Saussure, interpretação que não pode mais ser mantida quando se conhece o teor do manuscrito estudado por Henriques (2011). Cumpre esclarecer que, por se tratar de um manuscrito, há textos soltos e frases não revisadas por Saussure, pois não se trata de textos finais prontos para serem publicados, mas sim de textos esboçados. Há um trecho desse manuscrito em que Saussure menciona um terceiro elemento a compor uma tríade com o significante e o significado:

Quando está em questão alguma parte da língua sobrevém a *palavra* e o *sentido* (ou o signo e o sentido) como se isso resumisse tudo mas, além disso, exemplos de palavras como *árvore, pedra, vaca*, como *Adão que dá* (sic) [], ou seja, o que há de mais grosseiro na semiologia: o caso em que ela é (pelo acaso dos objetos que se escolhe para serem designados), uma simples onímica, ou seja, pois essa

¹ Henriques (2011) usa o termo *onímica*, como o faz Saussure no manuscrito, para se referir ao conjunto de nomes próprios.

é a particularidade da onímica no conjunto da semiologia, o caso em que há um *terceiro* elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que ele se aplica a um ser exterior bastante definido em si mesmo para *escapar* à lei geral do signo² (HENRIQUES, 2011, p. 5).

Para que se entenda melhor o texto saussuriano, cumpre esclarecer o significado do termo *sema*, que era usado como sinônimo de *signo*, conforme nos explica Testenoire: “os semas – quer dizer, aquilo que Saussure chamará de signos no *Curso*”³ (TESTENOIRE, 2008, p. 1008).

O terceiro elemento a que se refere Saussure no trecho acima transcrito diz respeito à consciência, por parte do falante, de que o signo é utilizado para fazer referência a algo exterior a ele. Chilsea, outro estudioso dos manuscritos, assim explica o teor do trecho em tela:

Na associação do signo (ou do sema) entre significante e significado, há um terceiro elemento, a saber, não a coisa em si mesma, mas a consciência de que o sema aplica-se a um objeto exterior determinado, de maneira que, em virtude dessa relação com as coisas, o signo parece escapar às leis e relações da língua (CHILSEA, 2008, p. 13-14 *apud* HENRIQUES, 2011, p 6).

Os nomes próprios de lugar, explica Saussure em outro trecho do mesmo manuscrito, são uma exceção à regra, pois apresentam semas que seriam mais fixos do que aqueles que os nomes comuns apresentam:

Embora queiramos abordar o menos possível o lado ideológico do signo, é bem evidente que se as ideias de toda espécie oferecessem uma fixidez [...] Fixidez obtida somente pelos nomes geográficos. A ideia invariável é inflexível (sic) poderia ser considerada como coisa quimérica, os semas geográficos e os nomes próprios fazem exceção [...]⁴ (HENRIQUES, 2011, p. 7-8).

² No original: “Des qu’il ---- est question quelque part de la langue, on voit arriver le mot et le sens (ou le signe et le sens) comme si c’était ce que resume tout, mais en outre toujours des exemples de mot comme arbre, pierre, eiel, vache, *comme Adam donnent des* [] c’est-a-dire qu’il y a de plus grossier dans la sémiologie : le cas où elle est (par hasard des objets *qu’on choisit pour être* désignés) une simple onymique, c’est-a-dire, car là est la particularité de l’onymique dans l’ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un troisième élément incontestable dans l’association psychologique du sème, la conscience qu’il s’applique à un être extérieur *qui deviant* assez défini en lui-même pour *comparer* échapper à loi générale du signe” [mantivemos as marcações tal como estão no texto original].

³ No original: “es “sèmes” - c’est-à-dire ce que Saussure appellera les signes dans le Cours”.

⁴ No original: “Quoique nous ne voulions aborder le moins possible le côté idéologique du signe, il est bien évident que si les idées de toute espèce offraient une fixité [] Fixité seulement obtenue par les noms géographiques. L’idée invariable et inflexible pouvant être considérée comme chose chimérique, les sèmes géographiques et *les noms propres* font exception en ce que...”

A partir do trecho ora transcrito e daqueles que o antecedem, embora, neste ponto, nossa interpretação se distancie da proposta por Henriques⁵, entende-se que os nomes próprios são diferentes dos nomes comuns porque, para os primeiros, há uma relação fixa, não variável e não sujeita a flutuações entre o signo e a ideia por ele suscitada, isto é, existe, por parte do usuário do idioma, a consciência de que o signo é utilizado para fazer referência a um ser exterior a ele, o terceiro elemento anteriormente mencionado.

Para Henriques, há um problema interpretativo suscitado pelo manuscrito em análise: saber por que, nos primeiros trechos, Saussure menciona nomes comuns e, ao final, nomes próprios:

[...] é válido afirmar que, se no início de suas considerações Saussure adota como exemplo nomes comuns, tais como *pedra, vaca, céu* etc., esses exemplos parecem ser abandonados no desenvolvimento de sua argumentação, visto que são substituídos pelos nomes geográficos e nomes próprios. Isso, talvez, explique o estranhamento que sentimos ao perceber que exemplos da mesma natureza daqueles utilizados no CLG – que evidenciavam a ordem própria da língua e a não interferência de uma ordem exterior – foram utilizados como exemplos do fenômeno da onímica (HENRIQUES, 2011, p. 9).

Do ponto de vista adotado por Saussure em seus manuscritos, coerentemente com as interpretações feitas dos trechos transcritos, esse problema não existe. Todos os signos linguísticos apresentam o terceiro elemento, porém, a consciência da existência de um objeto exterior a que remete o signo é mais fixa para os topônimos e para os antropônimos, mas variável e com flutuações de sentido para os nomes comuns. Tal ocorre porque, via de regra, os signos comuns podem ser usados para fazer referências a diversos indivíduos no mundo, enquanto os nomes próprios são usados, no ato de fala, para fazer referência a um ser específico, circunscrito a um determinado espaço, ou contexto.

A descoberta, divulgação e interpretação do manuscrito em tela mostra que o estudo dos nomes próprios faz parte do escopo pensado por Saussure para a Linguística e que a questão da referência não foi desprezada por ele, foi vista como um terceiro elemento formando uma tríade com o significante e o significado. Assim,

⁵ Para Henriques, a relação fixa é estabelecida com relação aos objetos a que se referem (HENRIQUES, 2011, p. 7), interpretação que conduz à impossibilidade de os nomes próprios apresentarem valor e os coloca num lugar à parte, uma vez que, para ela, “[...] os nomes próprios e geográficos, por oferecerem a propriedade de fixidez, fazem exceção ao que, poderíamos deduzir como as leis gerais dos signos e, ainda, constituem-se como invariáveis e infutuáveis na medida em que não se submetem às relações internas do sistema.” (HENRIQUES, 2011, p. 8).

segundo a proposta de Saussure no manuscrito, os nomes próprios se diferenciam dos nomes comuns porque, ao usá-los, aquilo a que se referem os signos está mais nítido e evidente na consciência do falante.

6.3 QUESTÕES SEMÂNTICAS RECENTES

Conforme já exposto, os nomes próprios não têm estado tão presentes nos estudos linguísticos quanto em outras áreas. Embora todos os pesquisadores citados nas seções anteriores tenham tratado de aspectos sobre essas categorias de nomes, somente nas últimas décadas passou a haver uma preocupação maior dos linguistas em estudar os aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos, etc., dessa categoria de nomes. Como afirma Leroy (2004, p. 1): os linguistas “se reapropriaram do nome próprio, durante muito tempo abandonado à lógica, à antropologia ou à crítica literária”⁶.

A obra de Kleiber (1981), comentada no capítulo anterior, pode ser considerada um marco importante na história dos estudos linguísticos sobre os nomes próprios. Embora o autor trate de vários aspectos desses elementos (sintaxe, semântica, pragmática, etc.), interessa aqui a sua análise semântica, uma vez que é ela que abre novos caminhos para os trabalhos que lhe seguiram sobre os nomes próprios. Em Kleiber (1995, p. 12), o autor afirma que sua teoria oferece uma saída satisfatória ao dilema semiótico relativo ao sentido do nome próprio. Como seria possível explicar que um nome próprio, sendo um signo linguístico, não tivesse significado? Para o autor, conforme já exposto, o nome próprio tem o comportamento de um verdadeiro signo linguístico, comportando significante e significado.

Pouco depois da obra de Kleiber (1981), é publicado o trabalho de Molino (1982), que também cumpre papel importante na história dos estudos linguísticos sobre os nomes próprios. O autor situa o nome próprio em um campo intermediário entre o campo dêitico e o campo da representação. Àquele pertenceriam elementos como os pronomes pessoais e, a este, elementos como os nomes. Nesse aspecto, Molino diverge dos outros autores que enquadram o nome próprio na classe dos nomes, como o faz grande parte dos gramáticos e linguistas, e daqueles que o relacionam com os dêiticos (cf. também OSUNA GARCÍA, 2003)⁷.

⁶ No original: “se sont réapproprié le nom propre, pendant longtemps *abandonné* à la logique, l’anthropologie ou la critique littéraire” – cf. também Noailly (1999).

⁷ Flaux (1995), por sua vez, defende que o nome próprio não é uma subcategoria do nome e aproxima-o dos sintagmas nominais e principalmente dos pronomes.

Sob outro ponto de vista, Jonasson (1994, p. 17) considera que o nome próprio tem como função cognitiva fundamental nomear, afirmar e manter uma individualidade. Ainda segundo a autora, o nome próprio é “qualquer expressão associada na memória de longo prazo a um particular em virtude de um laço denominativo estável” (JONASSON, 1994, p. 21)⁸. O essencial, para ela, é que o particular associado ao nome seja sempre o mesmo.

Jonasson também discute a questão dos nomes próprios chamados de *modificados*. Como *modificados*, a autora considera aqueles nomes próprios que perdem sua característica única ou singular, típica do uso referencial chamado *prototípico*. Eles não teriam mais a função distintiva e identificadora e seriam então descritivos, classificadores ou caracterizadores.

Em uma primeira análise, parece ser coerente a divisão proposta, uma vez que ela resolveria, de certa forma, a questão amplamente discutida sobre a existência ou não de *sentido* do nome próprio. Ao propor uma separação entre os usos *modificados* dos *não modificados*, verifica-se que o tema não pode ser posto como: ausência ou presença de sentido, como muitas vezes se fez nos estudos lógicos, filosóficos ou linguísticos. Assim, é necessário considerar as diferenças de uso para poder explicar o funcionamento dos nomes próprios na língua, como será proposto adiante. Antes, porém, é necessário destacar a obra de Gary-Prieur, que, no mesmo ano de Jonasson (1994), publicou a *Grammaire du nom propre*.

Marie-Noëlle Gary-Prieur é uma linguista francesa que tem publicado várias obras sobre os nomes próprios. Dos seus vários trabalhos, podem ser destacados dois livros que discutem questões semânticas dos nomes próprios: *Grammaire du nom propre*, de 1994, e *L'individu pluriel: les noms propres et le nombre*, de 2001.

Gary-Prieur (1994) analisa diferentes usos do nome próprio nos enunciados e descreve o que chama de “competência específica” usada para interpretá-lo. Na primeira parte de sua obra, ao tratar do funcionamento semântico do nome próprio, apresenta algumas noções que merecem ser destacadas, como a de *referente inicial* e a de *conteúdo* do nome próprio.

A primeira é definida da seguinte maneira:

O referente inicial de um nome próprio em um enunciado é o indivíduo associado por uma pressuposição a esta ocorrência do nome próprio em virtude de um ato

⁸ No original: “Toute expression associée dans la mémoire à long terme à un particulier en vertu d’un lien dénominatif stable, sera donc un Npr”.

de batismo do qual o locutor e o interlocutor têm conhecimento (GARY-PRIEUR, 1994, p. 29)⁹.

Assim, ao utilizar um antropônimo, é necessário que tenha havido previamente um ato de batismo e que os interlocutores tenham conhecimento dessa associação prévia (GARY-PRIEUR, 1994, p. 28-29). Esse ponto se aproxima da teoria kripkeana apresentada no capítulo anterior.

A segunda noção é a de *conteúdo* (GARY-PRIEUR, 1994, p. 51):

Conteúdo do nome próprio

“o conteúdo de um nome próprio é um conjunto de propriedades atribuídas ao referente inicial desse nome próprio em um universo de crença”¹⁰.

Essas propriedades, complementa Gary-Prieur (2001, p. 78), não se encontram no léxico – pois para autora o nome próprio não tem sentido conceitual –, mas surgem da experiência associada pelos locutores com o referente do nome próprio. Conforme distingue em sua obra, o *conteúdo* não se confunde com o *conhecimento enciclopédico*, construído fora do discurso, tampouco com as *conotações*¹¹ do nome próprio, estas construídas sobre o signo e não sobre o referente, sendo um objeto de preocupação da Onomástica literária. Convém esclarecer um pouco mais as diferenças entre essas noções expostas pela autora.

O conhecimento enciclopédico, para Gary-Prieur (1994), seria representado pelas informações dos dicionários de nomes próprios, as quais não servem para compreender a ocorrência de um nome próprio em um enunciado. Um dos seus exemplos é o seguinte: *Tudo acontece como se Saddam Hussein, este Fausto moderno, tivesse escolhido a transgressão como modo de comportamento* (GARY-PRIEUR, 1994, p. 47)¹². De acordo com a análise que apresenta, é inútil recorrer a um dicionário para interpretar esse enunciado, uma vez que a relação

⁹ No original: “Le référent initial d’un nom propre dans un énoncé est l’individu associé par une présupposition à cette occurrence du nome propre en vertu d’un acte de baptême dont le locuteur et l’interlocuteur ont connaissance”.

¹⁰ No original: “Le contenu d’un nom propre est un ensemble de propriétés attribuées au référent initial de ce nom propre dans un univers de croyance”.

¹¹ Escrito em plural para, conforme a autora, não ser confundido com o termo *conotação* da lógica, usado especialmente por Mill.

¹² No original: “Tout se passe comme si Saddam Hussein, ce Faust moderne, avait choisi la transgression comme mode de comportement”.

estabelecida entre Saddam e Fausto não será compreendida por meio da leitura desse dicionário, mas sim por meio do próprio enunciado: Saddam é comparado a Fausto porque este também escolheu a transgressão como modo de comportamento (GARY-PRIEUR, 1994, p. 48). O que a autora está defendendo é que, para compreender um nome próprio, inclusive quando entra em jogo seu *conteúdo*, como no caso acima, não é necessário saber tudo sobre seu referente original.

Por outro lado, as *conotações*, tanto de nomes comuns como de nomes próprios, seriam compreendidas como um significado segundo, que pressupõe um significado primeiro. No caso dos nomes próprios, o significado segundo seria acrescido ao significado primeiro, estabelecido pelo *predicado de denominação*, conforme explicado no capítulo anterior. No exemplo *Um Mohamed não pode ser francês*, extraído de Gary-Prieur (1994, p. 53), a conotação do nome *Mohamed* seria ‘ser árabe’. De acordo com a autora, nada impede, no plano referencial, um Mohamed ser francês, mas o que ela deseja destacar é que o nome carrega um (ou mais) significado(s) (as *conotações* ou propriedades atribuídas ao nome enquanto unidade formal), culturalmente associado(s) a ele.

Para Gary-Prieur, o *conteúdo* é específico do nome próprio. A autora afirma:

[...] se os nomes comuns têm um sentido e eventualmente conotações, os nomes próprios têm um sentido e/ou conteúdo, e também em certos casos conotações. O *conteúdo* corresponde a um nível de descrição diferente das conotações: ele representa a inscrição do referente inicial no funcionamento semântico do nome próprio (GARY-PRIEUR, 1994, p. 57)¹³.

A discussão de noções como as anteriores leva a autora a distinguir três modos de funcionamento semântico do nome próprio (p. 58). O primeiro é chamado de *interpretação denominativa* e está fundado sobre o *sentido* – nos termos do predicado de denominação de Kleiber (1981) – do nome próprio (*Há um William na minha sala*¹⁴). O segundo representa a *interpretação identificadora*. Trata-se dos casos em que o nome próprio se encontra sem determinante e em posição referencial¹⁵, emprego considerado típico do nome próprio (*Cecília*

¹³ No original: “si les noms communs ont un sens et éventuellement des connotations, les noms propres ont un sens et/ou un contenu, et aussi dans certains cas des connotations. Le contenu correspond à un niveau de description différent des connotations : il représente l’inscription du référent initial dans le fonctionnement sémantique du nome propre”.

¹⁴ No original: “Il y a un William dans ma classe”.

¹⁵ É necessário lembrar que a autora está analisando exemplos do francês, em que os antropônimos são usados geralmente sem determinantes. Em outras línguas, como o português, o antropônimo pode ocorrer com ou sem artigo, conforme discutido no capítulo 4.

*está dormindo*¹⁶) (GARY-PRIEUR, 1994, p. 59). Por último, encontra-se a *interpretação predicativa*, fundada sobre o *sentido* e o *conteúdo* do nome próprio (*Pierre, este novo Zorro, se atirou sobre Marc; Me passe um Santo Antônio; Ela tem o estilo Madonna*¹⁷) (GARY-PRIEUR, 1994, p. 57) – nesse grupo, entram as interpretações metafóricas, metonímicas e qualificadoras.

Em obra posterior, Gary-Prieur (2001) propõe-se a explicar o que seria o paradoxo do plural de um nome próprio, tema abordado no capítulo 4 desta obra. O objetivo do livro da linguista é confrontar os enunciados em que os nomes próprios estão no plural com a definição de nome próprio como termo singular. O que a autora defende é que é possível oferecer uma descrição semântica do plural dos nomes próprios, a qual não implica uma renúncia nem à ideia de indivíduo nem à de nome próprio como operador de individualização (GARY-PRIEUR, 2001, p. 15).

Sobre a posição que adota acerca do sentido do nome próprio, a autora afirma que este se aproxima do artigo definido, na medida em que dá a instrução de identificar um objeto singular em uma situação dada (p. 10). Ainda conforme Gary-Prieur, o nome próprio se aproxima do demonstrativo, uma vez que designa um objeto do mundo diretamente, sem o intermédio de um conceito, contrariamente a uma descrição definida. Dessa forma, a autora propõe atribuir ao nome próprio um *sentido instrucional* – oposto a um sentido *conceitual* ou *descritivo* – semelhante ao de um determinante.

Gary-Prieur (2001, p. 23) ressalta que há uma tendência a considerar que nomes próprios no plural não são verdadeiramente nomes próprios. A autora supõe que essa tendência esteja ligada à ideia implícita de que um verdadeiro nome próprio se emprega sempre sem artigo. Mas o que ela defende é que o nome próprio – que pode aparecer em todas as estruturas possíveis para um SN – pode ser encontrado em um SN plural sem mudar de categoria e tornar-se um nome comum. Nesta obra, também se adota a posição de que um antropônimo em um SN plural não deve ser considerado um nome comum.

Para Gary-Prieur, o problema que se coloca é o da compatibilidade de um determinante comportando a ideia de plural e de um nome comportando a ideia de singular. A linguista mostra que, apesar de a interpretação do plural não se construir da mesma maneira em todos os SNs que comportam nome próprio, a ideia geral é que, “mesmo em um SN plural, um nome próprio conserva pratica-

¹⁶ No original: “*Cecily dort*”.

¹⁷ No original: “*Pierre, ce nouveau Zorro, se précipita sur Marc; Passe-moi un San Antonio; Elle a bien le style Madonna*”.

mente sempre sua especificidade de termo singular e que não há nenhuma razão para se construir o plural de um nome próprio com base no modelo do plural de um nome comum”¹⁸ (GARY-PRIEUR, 2001, p. 25). Ainda conforme a autora, a multiplicidade introduzida pelo plural não diminui em nada a singularidade inerente do nome próprio, argumentos que se adotam neste livro também.

Sobre o *nome de família*, Gary-Prieur (2001, p. 42) afirma que não tem a arbitrariedade de outros nomes próprios, porque não designa diretamente uma pessoa: ele a designaria como membro de uma família, que seria um indivíduo coletivo. O nome de família, da mesma maneira que o nome próprio, também teria, segundo a autora, um *conteúdo*, conforme definido abaixo, e seria uma categoria bem particular dos nomes de pessoas:

[...] o conteúdo de um nome de família é, com efeito, constituído por todas as propriedades que são (consideradas) comuns a todos os membros da família, cada membro tendo, por outro lado, as propriedades singulares que não têm nada a ver com o fato de pertecerem à família (GARY-PRIEUR, 2001, p. 42)¹⁹.

Considerando a análise exposta no capítulo 4, um nome de família acompanhado de artigo plural, como *os Mendes*, poderia ter, então, diferentes interpretações: a) a família Mendes em sua totalidade; b) o marido e a esposa de sobrenome Mendes (e seus filhos); c) os irmãos Mendes.

6.4 OUTRAS PERSPECTIVAS

John Lyons, linguista inglês cujas pesquisas influenciaram o estudo linguístico em vários países, havia proposto, em uma de suas primeiras obras, uma definição de nomes próprios oriunda da corrente lógica ao afirmar que, enquanto os substantivos comuns são termos universais, os nomes próprios são termos particulares ou singulares, pois:

[...] denotam alguma substância definida, individual [...]. Exemplos de proposições construídas de um termo particular e de um termo universal são: *Socrates is a man / Sócrates é um homem* [...] e *Socrates is wise / Sócrates é sábio* [...] e de uma proposição composta de dois termos universais *Men are wise / Os homens são sábios* (LYONS, 1979, [1968], p. 357).

¹⁸ No original: “même dans un GN pluriel, un nom propre conserve pratiquement toujours sa spécificité de terme singulier, et qu’il n’y a aucune raison de chercher à construire le pluriel d’un nom propre sur le modèle de celui d’un nom commun”.

¹⁹ No original: “le contenu d’un nom de famille est en effet constitué par toutes les propriétés qui sont (censées être) communes à tous les membres de la famille, chaque membre ayant par ailleurs des propriétés singulières qui n’ont rien à voir avec son appartenance à la famille”.

Anos mais tarde, o autor passa a adotar outra perspectiva, pela qual o estudo lógico do significado relaciona-se com o que ele chama de significado descritivo, o qual não dá conta de tudo o que pode ser investigado do ponto de vista da semântica, tendo em vista que Lyons também considera necessário o estudo do significado expressivo e do significado social da linguagem. O significado expressivo é assim descrito pelo pesquisador inglês:

O significado expressivo relaciona-se a tudo que estiver dentro do escopo da auto-expressão e pode subdividir-se, como aconteceu por diversos motivos, em diferentes tipos. Um deles, ao qual tanto críticos literários quanto filósofos moralistas dedicaram especial atenção, é o significado emotivo (ou afetivo) (LYONS, 1987 [1981], p. 108).

O significado social, por sua vez, é visto como interdependente do significado expressivo, mas relativo, especificamente, ao que “está ligado ao uso da língua para estabelecer e manter os papéis e relações sociais” (LYONS, 1987 [1981], p. 108). Fazem parte deste tipo de significado não apenas os enunciados pelos quais as pessoas se saúdam, pedem desculpas, etc., mas todos os usos linguísticos “que são moldados, limitados ou controlados por ‘normas socialmente impostas e reconhecidas’ e tem por função básica ‘lubrificar as engrenagens da interação social’” (LYONS, 1987 [1981] p. 108). Ao final, o linguista inglês pondera que, enquanto o significado descritivo é exclusivamente vinculado pelas línguas naturais, o social e o expressivo podem ser expressos por outros sistemas semióticos (LYONS, 1987 [1981], p. 108).

Considerando esta caracterização da semântica da língua, pode-se postular que, para além do estudo do significado descritivo dos antropônimos realizado no capítulo 5 deste livro, há o significado social e/ou significado expressivo dos antropônimos. Este tipo de significado será foco dos estudos interdisciplinares apresentados no capítulo 8.

Stephen Ullmann (1914-1976) é outro estudioso que se baseia no significado descritivo dos antropônimos. Ele defende o ponto de vista adotado por Mill, o precursor da teoria causal (cf. capítulo anterior), o que não impede de reconhecer a existência de sentidos conotativos nos nomes próprios. De acordo com Ullmann, se os nomes próprios são considerados isoladamente, isto é, fora de um contexto de uso, eles parecem nada significar. Contudo, ao serem usados para indicar pessoas ou lugares conhecidos pelos interlocutores, eles se tornam nomes repletos de conotações (ULMANN, 1965).

Ao longo deste capítulo, apresentamos enfoques que ultrapassam aqueles apresentados no capítulo 5 deste livro, que se desenvolveram a partir de desdobramentos dos estudos filosóficos da linguagem, com o objetivo de apresentar ao

leitor a pluralidade de enfoques semânticos possíveis. Para tanto, foram apresentados os enfoques de Michel Bréal, semantista francês que propôs uma teoria alternativa à de Frege para os nomes próprios, as contribuições de Gary-Prieur para o estudo linguístico dos nomes próprios e os estudos de Lyons e Ullmann sobre o assunto.

6.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A partir das discussões elencadas neste capítulo, apresenta-se abaixo um elenco dos pontos de vista defendidos pelos autores sobre a caracterização semântica dos antropônimos:

Quadro 6.1 – Definições sobre a semântica do antropônimo

1. Bréal defende que o nome próprio de pessoa é um signo de segunda potência, pois a ele podem se associar muitas conotações relativas ao seu portador.
2. Saussure diferencia o nome próprio do nome comum por, no primeiro caso, estar mais presente, na mente do falante, a consciência de que o signo remete a um objeto exterior a ele, havendo, então, uma relação mais fixa entre ambos.
3. Lyons defende que os nomes próprios se diferenciam dos comuns por carecerem de significado descritivo, porém, os nomes próprios podem ter significados expressivos, sociais e emotivos.
4. Ullmann pondera que as conotações que os nomes próprios podem ter não existem fora de contextos e dependem do conhecimento do falante sobre o lugar ou a pessoa a que se faz referência.
5. Kleiber adverte que os nomes próprios não apresentam um sentido lexical ou descritivo, mas podem ter um sentido denominativo ou instrucional.
6. Gary-Prieur argumenta que o nome próprio não possui sentido lexical, mas possui um conteúdo de caráter discursivo. Esse conteúdo não se confunde com o conhecimento enciclopédico a respeito do portador do nome próprio. Eventualmente, o nome próprio pode ter conotações.